

REFLEXÕES FENOMENOLÓGICAS SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERGENTES E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA AUTOPRATICADA

Carlos Barreto Carvalho Júnior
Maria Geraílde Almeida Macêdo de Oliveira
Mateus Oliveira Santos

Resumo

O presente resumo expandido intenciona compreender os obstáculos que ainda dificultam a plena inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) e neurodivergentes nos espaços educacionais e sociais, bem como discutir estratégias de prevenção voltadas à violência contra si mesmo. Por possuírem diversas características físicas ou psicológicas diferentes das consideradas “normais”, esses grupos historicamente sofreram, e ainda sofrem, com a exclusão dos grupos hegemônicos, que tendem a dominar as regras sociais e que, para se manterem no poder, marginalizam outros grupos menos favorecidos sócio-político-espacialmente. Diante desse contexto, utilizamos o Método Fenomenológico Empírico (MFE), que implica a suspensão dos preconceitos do pesquisador, para que o fenômeno possa ser estudado em sua totalidade. Para alcançar os resultados dessa investigação, foram utilizados, como dispositivos de produção de informações, a entrevista fenomenológica e a observação participante dos momentos ou situações pedagógicas de implementação da ação extensionista com discentes e docentes universitários, intitulada “Inclusão de PcDs e neurodivergentes e prevenção à violência autopratizada”. Após a interpretação dos resultados, foi possível perceber que o predomínio de uma cultura hegemônica promove implicações na vida-formação das PcDs e neurodivergentes, as quais podem contribuir para afetá-las psicologicamente, produzindo sentimentos de baixa autoestima, de não pertencimento e de exclusão social.

Palavras-chave: Exclusão; Método Fenomenológico Empírico; Violência contra si mesmo.

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) e neurodivergentes é um tema de grande relevância social. Apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda persistem lacunas significativas na promoção da diversidade e no enfrentamento do capacitismo. Esses grupos, historicamente marginalizados, continuam enfrentando barreiras sociais, educacionais e simbólicas que limitam sua plena participação e reconhecimento.

Em setembro de 2024, o grupo de pesquisa-ensino-extensão Educação Geográfica e Psicossocial das Imagens Contemporâneas (EduGeoPsIC/UESB) promoveu um evento online sobre inclusão de pessoas com deficiência e neurodivergentes e prevenção à violência autopratizada.

Fatores como exclusão, estigma e falta de acessibilidade intensificam o sofrimento e comprometem o bem-estar desses grupos. Assim, torna-se essencial compreender a relação entre inclusão social, saúde mental e prevenção à violência

autopraticada. Diante deste contexto, este estudo busca compreender os obstáculos à inclusão plena de PcDs e neurodivergentes e propor estratégias de acolhimento, pertencimento e dignidade.

É fundamental, portanto, que sejam tomadas medidas que garantam a inclusão efetiva desses grupos, por meio da promoção da acessibilidade, da conscientização sobre as questões de saúde mental e do combate ao estigma e à exclusão social. Nesse contexto, para garantir a inclusão efetiva é necessário refletir sobre ações e políticas públicas que possam ser implementadas através da valorização da diversidade e do combate ao preconceito. Por fim, é indispensável que a sociedade se engaje na construção de um ambiente acolhedor, com ações educativas e campanhas de sensibilização que promovam respeito e empatia.

Metodologia

Este resumo expandido, de abordagem qualitativa, baseou-se no Método Fenomenológico Empírico (MFE), de Giorgi (2006), para apreender os sentidos e significados dos fenômenos investigados. O estudo foi realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista – BA.

Participaram seis discentes dos cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Psicologia, selecionados por sua experiência com o fenômeno estudado e disponibilidade para colaborar. Para preservar o anonimato, os colaboradores foram identificados por nomes dos bairros de Vitória da Conquista-BA, sendo estes: Vila Elisa, Boa Vista, Candeias, Espírito Santo e Alto Maron.

Após a seleção, os objetivos da pesquisa foram apresentados e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado, destacando o vínculo com o grupo de pesquisa EduGeoPsiC/UESB. A produção de informações utilizou a entrevista fenomenológica e a observação participante dos momentos pedagógicos de implementação da ação extensionista. Por fim, as informações foram descritas e interpretadas sob a perspectiva fenomenológica.

Resultados e discussão

Esta seção apresenta as discussões e os resultados que foram produzidos a partir da entrevista fenomenológica realizada com os discentes, tendo como pressuposto um roteiro com questionamentos sobre o fenômeno investigado. Na primeira questão, sobre as barreiras enfrentadas, destacou-se que a principal dificuldade está na falta de preparo e conhecimento dos professores e demais

profissionais da escola. O entrevistado Caetité ressaltou que muitos docentes desconhecem as particularidades dos estudantes e os direitos assegurados por documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em alguns casos, essa lacuna é agravada pela ausência de acompanhamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal cenário evidencia o distanciamento entre o discurso da equidade e a prática pedagógica cotidiana, resultando em experiências de exclusão simbólica, nas quais o estudante está presente fisicamente, mas sem participação plena no processo educativo.

Os relatos também expressaram uma visão crítica sobre a postura da sociedade diante da inclusão. Observamos que, embora os direitos estejam legalmente garantidos, sua efetivação muitas vezes ocorre apenas por obrigação jurídica, e não por reconhecimento autêntico da diferença. A aplicação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) aparece, assim, como uma prática burocrática, sem verdadeira transformação nas relações sociais. As famílias, segundo as narrativas dos entrevistados, vivem em constante luta para garantir direitos básicos, como o acesso a mediadores, revelando a diferença entre “estar incluído” e “sentir-se incluído”. O discente Anagé acrescentou que os estereótipos e preconceitos associados às PcDs e neurodivergentes ainda são barreiras significativas, reforçados por interpretações religiosas que responsabilizam o indivíduo pela própria condição.

Quanto às políticas públicas, os discentes Planalto e Barra do Choça destacaram a insuficiência de sua implementação. Apesar das leis e programas existentes, há falhas na fiscalização, na formação continuada dos profissionais e na infraestrutura das escolas. O sentimento que emerge é o de frustração diante da distância entre o que é prometido e o que é efetivamente realizado.

Sobre o tema da violência autopraticada, não foram relatadas experiências diretas de automutilação ou tentativa de suicídio. Entretanto, a discente Brumado ressaltou a gravidade do fenômeno e a importância da atuação conjunta entre escola e família na prevenção. Já o discente Itapetinga enfatizou a necessidade de reconhecer a saúde mental como tão essencial quanto a física, defendendo o diálogo empático com pessoas em sofrimento como forma de criar redes de apoio e acolhimento.

De modo geral, as falas revelam um cotidiano marcado pelo descompasso entre leis e práticas, pela carência de formação docente e pela urgência de compreender a inclusão como experiência vivida, e não apenas como direito formal. O fenômeno da inclusão se mostra, assim, como um processo contínuo e inacabado,

que demanda corresponsabilidade entre escola, sociedade e Estado para se efetivar de forma plena e humanizadora.

Conclusões

O estudo evidencia que a inclusão de PcDs e neurodivergentes e a prevenção à violência autopraticada se cruzam. A falta de reconhecimento das diferenças no ambiente escolar gera isolamento e sofrimento. Embora haja leis, a inclusão falha na prática por falta de preparo profissional, recursos e frágil relação família-escola. A prevenção real exige mais que protocolos: pede vínculos, escuta e redes de apoio.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GIORGI, Amedeo. Can an empirical psychology be drawn from Husserl's phenomenology? In: ASHWORTH, Peter D.; CHUNG, Man Cheung (org.). **Phenomenology and psychological science**. New York: Springer, 2006. p. 69-88.